



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2096 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Produção acadêmica sobre Educação de Jovens e Adultos
Caio Cabral da Silva - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Márcia Aparecida Jacomini - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado. Realizou-se um levantamento histórico da Educação de Adultos desde 1947 e analisou-se a produção acadêmica desenvolvida nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) com notas igual ou superior a 5 na Capes, defendidas no período de 2000 e 2010, que abordam a temática Educação de Jovens e Adultos com vistas a indicar as contribuições da respectiva produção. Trata-se de estudo de revisão de literatura, possui caráter bibliográfico e documental. Considera-se que não consta na agenda política brasileira um projeto consolidado e constante para a EJA, foram diversos movimentos, campanhas e projetos nem sempre de iniciativa governamental. A modalidade EJA não tem sido protagonista na agenda das políticas públicas para a educação.

Palavras-chave: EJA. Produção acadêmica. Estudos de revisão.

Produção acadêmica sobre Educação de Jovens e Adultos

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado. Realizou-se um levantamento histórico da Educação de Adultos desde 1947 e analisou-se a produção acadêmica desenvolvida nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) com notas igual ou superior a 5 na Capes, defendidas no período de 2000 e 2010, que abordam a temática Educação de Jovens e Adultos com vistas a indicar as contribuições da respectiva produção. Trata-se de estudo de revisão de literatura, possui caráter bibliográfico e documental. Considera-se que não consta na agenda política brasileira um projeto consolidado e constante para a EJA, foram diversos movimentos, campanhas e projetos nem sempre de iniciativa governamental. A modalidade EJA não tem sido protagonista na agenda das políticas públicas para a educação.

Palavras-chave: EJA. Produção acadêmica. Estudos de revisão.

Este trabalho apresenta reflexões e resultados parciais de dissertação de mestrado. A pesquisa objetivou analisar a produção acadêmica desenvolvida nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) com notas igual ou superior a 5 na Capes, defendidas no período de 2000 e 2010, que abordam a temática Educação de Jovens e Adultos (EJA) com vistas a indicar as contribuições da respectiva produção. Buscou-se compreender a Educação de Adultos e, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, modalidade EJA no Brasil a partir de um resgate histórico das principais campanhas, programas e projetos desde 1947. Em seguida, analisar as características da produção acadêmica com intuito de indicar as principais tendências, abordagens e referenciais adotados para sistematizar as contribuições dos trabalhos do período.

A pesquisa realizada possui caráter bibliográfico e documental, foram utilizadas fontes primárias, secundárias e terciárias (FLICK, 2009). Trata-se de um estudo de revisão de literatura, também conhecido como revisão bibliográfica, conforme Nóbrega-Therrien (2004) e Vosgerau e Romanowski (2014).

Rosa Neubauer (2015) destaca que *universalidade* e *obrigatoriedade* são características recentes nas políticas de educação ao se considerar a história da humanidade. Em 1750, passados 6 mil anos desde o surgimento de rudimentos da arte de escrever, 90% da população mundial não sabia escrever. A autora comenta, ainda, que até o final do século XVIII a escola era precária e poucos tinham acesso à educação formal.

Somente no século XIX, como resultado do impacto da Revolução Francesa (1789-1799), muda-se o perfil de escola e o Estado passa a atuar na busca da universalidade e obrigatoriedade. Os líderes do movimento consideravam que a

garantia da *liberdade, igualdade e fraternidade* apenas seria possível com instrução popular, pública e gratuita, a todos os cidadãos e atribuíam ao Estado o dever de ensinar e prover escolas (NEUBAUER, 2015, p. 780).

Enquanto que na história da educação brasileira foi somente a partir dos anos 1930 que a oferta de educação pública para todos passou a ter sentido, até aquele momento “a oferta de uma escola pública e gratuita que atendesse a população em idade escolar não era vista como prioridade”. Considerava-se que num país essencialmente agrário, como o Brasil, a escolarização seria desnecessária ou sem importância para grande parte da população (LEITE, 2013, p. 95).

Com início do processo de industrialização do país, mudanças políticas e econômicas pós-crise de 1929, o alto índice de analfabetismo passou a ser visto como um grande problema e desafio para o Brasil, um empecilho para o progresso. Conforme o *Mapa do analfabetismo no Brasil* com dados do censo demográfico de 1920, 65% da população com 15 anos ou mais não era capaz de ler ou escrever um bilhete simples (INEP, 2003).

Leite (2013, p. 112) destaca que a educação neste período era bastante precária, ruim e deficiente. O governo federal estimulou a ampliação da oferta da educação elementar, traçou diretrizes educacionais para todo o país com determinação de responsabilidades para os estados e municípios.

Haddad e Di Piero (2000, p. 111) afirmam que foi somente a partir de 1940 que o Estado brasileiro aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos, iniciou-se uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação em todo território nacional. Em 1947 foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) como serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde. Neste período iniciam-se as campanhas em favor da educação de adultos e com o intuito de erradicar o analfabetismo no país.

Entre os anos de 1947 e 1963, com intuito de combate ao analfabetismo em âmbito nacional, o governo federal coordenou grandes campanhas de alfabetização em massa em resposta a pressões internas e externas. O analfabeto era considerado incapaz, sem cultura, um peso social e indicado como entrave para o progresso do país. A preocupação pedagógica era ensinar a assinar o nome, o que já contribuiria para melhorar as estatísticas. Entre 1940 e 1960 o índice de analfabetos entre a população com 15 anos ou mais passou de 56,1% para 39,7%, uma queda de 16,4% em duas décadas. Houve um grande crescimento no número de eleitores. As principais campanhas do período foram Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha de Educação Rural (CNER) e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA).

O início dos anos 1960, entre os anos 1961 e 1964, representou grandes avanços em termos educacionais e políticos, foi bastante intenso e contou com a participação efetiva de estudantes secundaristas, universitários, intelectuais e artistas. O analfabeto era considerado um ser capaz, detentor de uma cultura e digno de ensinar e aprender. O período possui forte influência de movimentos de esquerda e da igreja católica, Paulo Freire desenvolveu e aplicou seu sistema de educação de adultos, houve uma grande valorização da cultura popular e do que é nacional. A preocupação pedagógica foi além de ensinar a desenhar o nome, ocorreram diversas atividades ligadas ao cinema, teatro e música e constante preocupação com a conscientização e emancipação. O Movimento de Educação de Base (MEB), Centro Popular de Cultura (CPC), Movimento de Cultura Popular (MCP), Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e “As 40 horas de Angicos” são representantes destes anos. Muitos documentos destes movimentos progressistas foram apreendidos e/ou queimados quando ocorreu o golpe civil-militar de 1964, seus líderes foram perseguidos, presos, exilados e/ou mortos.

Durante os anos do regime militar (1964-1985) o analfabeto era visto como uma “chaga social”, como aquele que atrapalha o desenvolvimento e a industrialização do país – retornou-se à concepção do Período de Campanhas. Os representantes do período são a Cruzada ABC - Movimento de Ação Básica Cristã e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), ambos incentivavam por meio do material didático o respeito a valores tradicionais, a família, ao governo e instituições militares. No campo pedagógico, assinar o nome voltou a ser uma prioridade e o que era considerado “conscientização” no Período de educação de base e movimentos populares passou a ser visto como subversivo.

Com o processo de redemocratização do Brasil, após a ditadura civil-militar, o reconhecimento do direito à educação das pessoas jovens e adultos paulatinamente tem ganhado espaço. Internacionalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) acompanha a universalização da educação primária como um dos objetivos da área de desenvolvimento social.

A agenda internacional vem gradativamente ganhando relevância nos últimos anos no Brasil, não só pela intensificação do processo de globalização observado em todos os âmbitos da vida, como pelo papel que o país passou a desempenhar nos cenários regional e global. Apesar disso, o debate interno sobre essa agenda ainda é pequeno, em especial, no campo da educação e da EJA (DI PIERRO; HADDAD, 2015).

A partir da Constituição Federal de 1988 o analfabeto passa a ter direito ao voto, este fato altera substancialmente a relação dos políticos com a Educação de Adultos, não há mais uma relação de influência direta nas eleições. Não são poucas as iniciativas, Fundação Educar, Programa Alfabetização Solidária (PAS), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e, mais recentemente, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Constata-se que aspectos do discurso do Período de Educação de base e movimentos populares estão presentes em alguns aspectos, fala-se em uma “conscientização”, em “escola unitária” ou, ainda, utilizam-se pressupostos de Paulo Freire. Todavia, muitas vezes o discurso e a prática não são coerentes.

O Planfor do governo de FHC e o Pronatec do governo Dilma se aproximam na oferta de qualificação profissional

aligeirada. Estes programas, assim como o PAS, possuíam a iniciativa privada como parceiro estratégico. No governo Lula, principalmente com o Proeja, a modalidade recebeu um outro olhar, a busca da educação profissional integrada com a educação propedêutica e oferta dos cursos diretamente na rede federal.

Abordar a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) remete à privação de direitos, especificamente, o direito à educação e à cidadania plena. Investigar a temática pode ser considerado um ato político e de denúncia. Entre 1940 e 2015, conforme IBGE, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais caiu de 56,1% para 8% - a queda foi de 48,1% em 75 anos. Não se pode negar um certo avanço ao se deparar com tais números.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o banco de dados produzido pelo projeto de pesquisa *A produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil: características e tendências (2000-2010)* financiada pelo CNPq, Edital/Chamada CNPq/CAPES nº 07/2011. O grupo de pesquisa realizou o levantamento dessa produção no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os trabalhos que compõem o banco da pesquisa foram coletados em programas de pós-graduação em Educação que tiveram, na avaliação da Capes no triênio que se encerrou em 2010, nota igual ou superior a cinco. São 432 teses e 851 dissertações defendidas no período de 2000 a 2010 em 20 programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação (SILVA et al., 2014).

Para realizar a seleção dos trabalhos que abordam a temática da educação de jovens e adultos foi realizada a leitura do título, palavras-chave e resumo dos 1283 trabalhos que compõem o banco de dados. Constatou-se que 72 trabalhos (50 dissertações e 22 teses) abordam a EJA, aproximadamente 5,61% do total. Os trabalhos foram classificados em sete categorias distintas, conforme quadro 01.

Quadro 01 – Categorização dos trabalhos sobre EJA

Categoria	Dissertações	Teses	Trabalhos
01 - Análise e avaliação de programas e projetos de alfabetização, alternativas pedagógicas para EJA	12	5	17
02 - Análise e avaliação de programas e projetos de educação profissional, educação e trabalho	16	4	20
03 - EJA em regime de privação de liberdade	2	1	3
04 - Financiamento da EJA	2	1	3
05 - Formação de professores para EJA	5	2	7
06 - Movimentos sociais e a luta pelo direito à educação	4	1	5
07 - Políticas públicas para EJA e gestão escolar	9	8	17
TOTAL	50	22	72

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 02 é possível observar a distribuição dos trabalhos de acordo com o ano de defesa.

Quadro 02 – Distribuição dos trabalhos por ano de defesa

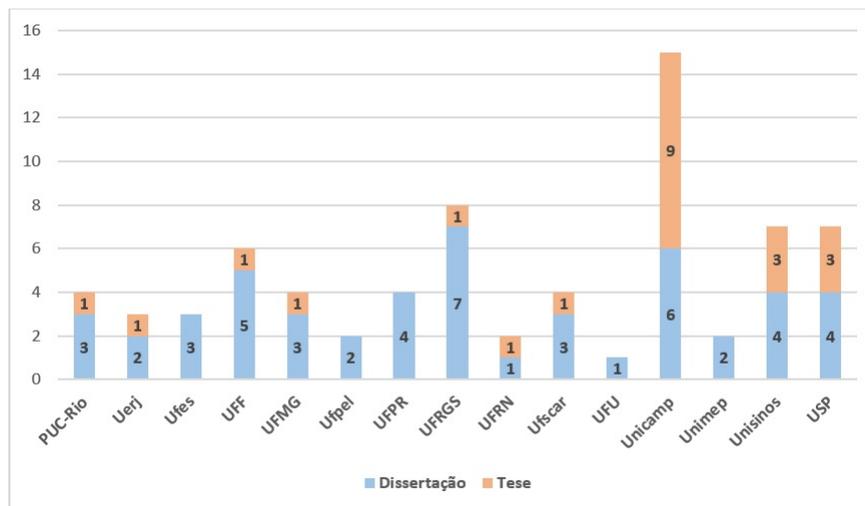
Ano	Dissertação	Tese	Total	% Dissertação	% Tese	% Total
2000	1	0	1	2%	0,00%	1,39%
2001	6	1	7	12%	4,55%	9,72%
2002	2	0	2	4%	0,00%	2,78%
2003	4	1	5	8%	4,55%	6,94%
2004	1	1	2	2%	4,55%	2,78%
2005	3	4	7	6%	18,18%	9,72%
2006	3	0	3	6%	0,00%	4,17%
2007	4	0	4	8%	0,00%	5,56%
2008	9	3	12	18%	13,64%	16,67%
2009	7	6	13	14%	27,27%	18,06%
2010	10	6	16	20%	27,27%	22,22%
Total	50	22	72	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em SILVA et al. (2014).

Percebe-se que os anos de 2008, 2009 e 2010 concentram a grande maioria dos trabalhos, cerca de 57% do total. Os anos de 2000 e 2004 contaram com apenas uma dissertação, nos anos de 2000, 2002, 2006 e 2007 não houve nenhuma defesa de tese com a temática EJA nos programas de pós-graduação estudados. No gráfico 01 é possível

verificar o quantitativo de cada tipo de trabalho defendido por instituição.

Gráfico 01 – Número de trabalhos sobre EJA por IES



Fonte: Elaborado pelos autores com base em SILVA et al. (2014).

Apesar da PUC-RS, PUC-SP, UFG, UFRJ e Unesp-Marília atenderem os critérios da pesquisa não ocorreu nenhuma defesa de trabalho sobre EJA em seus programas de pós-graduação em Educação entre 2000-2010, conforme informações do banco de dados - para conferir esta informação realizar-se-á triangulação de dados em pesquisa futura. Na Ufes, Ufpel, UFPR, UFU e Unimep todos os trabalhos defendidos sobre EJA foram dissertações de mestrado. Cabe destacar a produção da Unicamp no período, foi a única IES em que ocorreram mais defesas de tese do que de dissertação sobre a temática e é responsável por mais de 40% do total de teses considerando as 10 IESs em contribuíram com a produção de teses sobre EJA.

Decidiu-se realizar a leitura para se ter um panorama da produção acadêmica selecionada e algumas informações que possam ser relevantes sobre o que foi estudado da temática EJA no período. Ribeiro (2009) ao realizar seu estudo de estado do conhecimento da Educação de Jovens e Adultos a partir da leitura e análise de resumos de teses e dissertações aponta como um agravante para o desenvolvimento da pesquisa a falta de informações relevantes em diversos resumos.

A leitura dos resumos permite uma noção do que foi tratado na produção acadêmica mas possui grandes limitações quando comparada com a leitura integral dos trabalhos. Certamente o pesquisador enfrentará dificuldades para inventariar a produção, imaginar tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximar ou diferenciar trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento unicamente com a leitura dos resumos (Ferreira, 2002, p. 265).

Foi realizada leitura do resumo dos 72 trabalhos com especial atenção para o objetivo principal da pesquisa, a metodologia e os instrumentos metodológicos adotados, autores citados como referencial teórico-metodológico e conclusões. Destaca-se que muitos dos resumos não possuíam todas estas informações.

Foram citados 69 diferentes autores nos resumos, sendo que Paulo Freire foi o autor mais citado (6), seguido de Miguel Arroyo (4) e Boaventura de Sousa Santos, Maria Clara Di Pierro, Sérgio Haddad, Stephen Ball, Norbert Elias, Tardif e Vygotsky com duas citações cada. Os demais autores receberam uma citação cada.

Na pesquisa coordenada por Sérgio Haddad (2002) que mapeou a produção acadêmica sobre EJA no Brasil no período 1986-1998 Boaventura de Sousa Santos, Stephen Ball e Norbert Elias não são citados, enquanto Freire, Di Pierro, Haddad, Tardif e Vygotsky são igualmente destacados como referências em citações na área, sob diferentes enfoques.

A categoria com maior número de trabalhos foi educação profissional (20), seguido de programa e projetos de alfabetização e alternativas pedagógicas para EJA (17), políticas públicas e gestão escolar (17), formação de professores para EJA (7), movimentos sociais e a luta pelo direito à educação (5), EJA em regime de privação de liberdade (3) e financiamento da EJA (3).

Em Haddad (2002) foi analisada a temática de 166 dissertações e 17 teses, 183 trabalhos, defendidos entre 1986-1998 e categorizados em cinco temas, a saber, o professor; o aluno; concepções e práticas pedagógicas; políticas públicas de EJA e educação popular. É interessante observar que a educação profissional, articulação entre educação e trabalho na EJA não apareceu nem como tema nem como subtema e na presente pesquisa foi a categoria que contou com o maior número de trabalhos. Este fato pode ser explicado pela ênfase dada ao tema a partir do governo Lula, principalmente com o Proeja, e demonstra como as pesquisas da área são fortemente influenciadas pelas ações governamentais.

Entrevista (34) foi o instrumento de pesquisa mais citado nos resumos analisados, seguido de análise documental (31), questionário (15), observação (13) e grupo focal (02). Mesmo entre os resumos que não citaram explicitamente, é perceptível uma grande predominância de pesquisas de caráter bibliográfico.

Nas conclusões destaca-se uma crítica aos repasses financeiros realizados pelo poder público para iniciativa privada por meio de “parcerias”; necessidade de que o Estado se responsabilize pelas políticas de EJA; a dicotomia entre o ensino propedêutico e o técnico não foi superada; os gastos com EJA são muito baixos quando comparados com outros níveis e modalidades de ensino, seja na esfera municipal, estadual ou federal; a importância e necessidade de programas de formação continuada para os professores da EJA com reflexão crítica e políticas educacionais que estimulem o exercício da autonomia escolar como construção social e política.

Assim sendo, considera-se que não consta na agenda política brasileira um projeto consolidado e constante para a EJA, foram diversos movimentos, campanhas e projetos nem sempre de iniciativa governamental. A EJA não tem sido protagonista na agenda das políticas públicas para a educação.

REFERÊNCIAS

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago. 2015.

DI ROCCO, Gaetana Maria Jovino. **Educação de adultos**: uma contribuição para seu estudo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

FÁVERO, Osmar; MOTTA, Elisa (Orgs.). **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alli, 2015. 3 DVDs.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**. 2002, vol. 23, nº 79, pp. 257-272.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HADDAD, Sérgio (Coord.). **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Série Estado do Conhecimento. MEC/INEP/Comped. Brasília, 2002.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio-ago 2000, p.108-130.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas - indicadores sociais**: síntese de indicadores sociais. Brasília, DF, 2000-2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília, DF, 2003.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil** um resgate histórico e legal. Curitiba: Editora CRV, 2013.

NEUBAUER, Rose. **Políticas de Educação**. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). Dicionário de políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015. p. 779-786.

NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; THERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, p. 5-16, jul./dez. 2004.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

RIBEIRO, Clayton. **Estado do conhecimento da educação de jovens e adultos no Brasil** um balanço de teses e dissertações. Santos, Universidade Católica de Santos, 2009 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, A. A. (Coord.) et al. **Produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil - 2000-2010**: dados dos programas conceito 5 ou mais. [banco de dados]. Pesquisa financiada pelo CNPq, Edital/Chamada CNPq/CAPES nº 07/2011. Feira de Santana: Cede, 2014.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.